

Creating our futures

ECTP - CEU

European Council of Spatial Planners

Conseil européen des urbanistes



A CARTA EUROPEIA DO URBANISMO

Barcelona 2013

Uma visão das cidades e das regiões da Europa do Século XXI

Creating our futures

ECTP - CEU

European Council of Spatial Planners

Conseil Européen des Urbanistes

Edição patrocinada pela AUP - Associação dos Urbanistas Portugueses

Índice

Apelo à participação

Urbanismo

A Carta

PARTE A

A VISÃO PARA AS CIDADES E TERRITÓRIOS (REGIÕES) DA EUROPA

1. Cidades e territórios (regiões) integradas e ligadas

- Integradas através do espaço

- Integradas através do tempo

2. Coesão social e conectividade (acessibilidade, desenvolvimento relacional)

- Equilíbrio social

- Diversidade cultural

- Envolvimento e responsabilização das comunidades

- Vínculos intergeracionais

- Identidade social

- Deslocações, transporte, mobilidade e acessibilidade

- Habitação, equipamentos e serviços

3. Integração económica e conectividade

- Globalização e especialização regional

- Vantagens competitivas

- Cidades e territórios (regiões) em rede

- A dimensão metropolitana

- Zonas rurais distantes e comunidades insulares

4. A conectividade ambiental

- Desenvolvimento sustentável

- Promover a saúde e qualidade de vida
- Ecossistemas
- Paisagens
- Património natural e espaços abertos
- Energias

5. A integração espacial: Síntese

- A integração espacial: Redes e Acessibilidade
- O planeamento espacial europeu / O urbanismo europeu
- A integração espacial: uma aproximação à síntese

PARTE - B

O PAPEL DOS URBANISTAS

- Desafios para um ordenamento do território eficaz
- O papel dos urbanistas

PARTE - C

OS COMPROMISSOS DOS URBANISTAS NA EUROPA

Os compromissos

1. O Urbanista, enquanto " líder da mudança ", compromete-se a:
2. O Urbanista, enquanto cientista, participa numa profissão assente no conhecimento e compromete-se a:
3. O Urbanista, enquanto criador e visionário, compromete-se a:
4. O Urbanista, enquanto assessor estratégico e mediador, compromete-se a:
5. O Urbanista, enquanto gestor das cidades e territórios, compromete-se a:

ANEXOS

- Contexto histórico
- Palavras chave
- Agradecimentos
- Referências

Apelo à participação

1. A Europa necessita de cidades e territórios (regiões) fortes e agradáveis para viver. O ordenamento do território é por isso vital para o futuro da Europa. Em particular, o urbanismo contribui para a manutenção dos nossos recursos partilhados: a terra, o ar e a água, submetidos pelo desenvolvimento cada vez a maiores pressões. Tal requer um planeamento eficaz na medida em que a Europa aspira a um crescimento económico sustentável e a sociedades justas e equitativas. A força específica do planeamento do território assenta na sua capacidade de proporcionar oportunidades e contrariar as ameaças que colocam as novas realidades. Tal inscreve-se simultaneamente numa perspetiva de longo prazo e na urgência das ações prioritárias.

2. Os princípios estabelecidos na Carta Europeia do Urbanismo devem ser adotados em conjunto no seio dos governos, autoridades locais, sociedade civil, organizações não-governamentais e setor privado. Assim, esta Carta proporciona uma referência comum para todos os responsáveis ou com possibilidade de influenciar o futuro das cidades e territórios (regiões) europeus.

3. A Carta Europeia do Urbanismo não se dirige só aos profissionais urbanistas, pois é igualmente um apelo à ação de todos cujas políticas e programas conformarão o futuro da Europa, das suas cidades e territórios (regiões), e de todos outros espaços, incluindo as zonas rurais remotas e as comunidades insulares. A Carta contém pois:

- A Visão Comum e os Princípios em que todos os urbanistas da Europa se comprometem e dão sentido às suas ações para dotar o território de uma maior e duradoura coesão e coerência. Tal pode ser alcançado através do desenvolvimento das redes de cidades e territórios (regiões) interligados a todos as escalas, desde o nível do planeamento local ao nacional, e aos quadros transfronteiriço e europeu, e com toda a sociedade.

- Uma visão e um projeto partilhados para uma colaboração a todos os níveis da sociedade civil, incluindo a administração, o setor empresarial, o ensino, as organizações não-governamentais, as instituições de interesse público e em especial os cidadãos.

Urbanismo

4. O urbanismo permite às comunidades formular as suas visões estratégicas para alcançar as suas aspirações futuras. A expressão destas visões estratégicas pode produzir efeitos diretos e importantes na criação de lugares habitáveis de qualidade e na dotação de um futuro mais sustentável para as comunidades de toda a Europa. O urbanismo intervém a todas as escalas, desde o nível local (bairro) até ao nível nacional, inclusivamente para além das fronteiras e do quadro europeu.

5. A diversidade da Europa reflete-se nas diferenças locais e na natureza transdisciplinar da profissão do urbanista na Europa. Tal permite ao urbanismo tomar em consideração a diversidade das suas cidades, dos seus territórios (regiões) ou de outros espaços geográficos, ambientais, paisagísticos e culturais. O ECTP-CEU representa as organizações dos urbanistas

que intervém no contexto de uma ampla variedade de sistemas de planeamento. A presente Carta não promove um único sistema de planeamento, antes acentua o valor potencial do urbanismo como um instrumento útil e criativo independente do quadro administrativo em que intervém.

6. Os urbanistas são os guardiões do futuro da Europa. Através do ECTP-CEU os urbanistas perseguem os seguintes objetivos para que a Europa possa fazer frente aos desafios que enfrenta:

- Prestar apoio às ações necessárias para assegurar o futuro das Comunidades Europeias no seu contexto territorial;
- Procurar alianças com quem partilha a causa comum do planeamento do futuro da Europa, e;
- Promover a atividade através do trabalho dos seus membros, proporcionando uma Visão às comunidades locais, cidades, regiões (territórios) e para a Europa em geral.

A Carta

7. Com o objetivo de dotar a aplicação deste programa de uma base, o ECTP-CEU elaborou a presente Carta Europeia do Urbanismo. Esta Carta apoia-se na Nova Carta de Atenas 2003 e identifica as características específicas do urbanismo, como disciplina, e o seu potencial. O seu objetivo é fortalecer a confiança, a coesão e a solidariedade na prática do urbanismo.

8. A Parte A da Carta Europeia do Urbanismo contem uma visão para o futuro das cidades e territórios (regiões) como resposta aos desafios que a Europa enfrenta. Traduz uma visão de uma rede de cidades e territórios (regiões) que permita:

- Contribuir para o bem-estar e qualidade de vida dos seus habitantes.
- Conservar a riqueza e a diversidade cultural, legado de uma longa história.
- Alcançar um espaço interligado de uma forma mais íntima através de uma ampla variedade de vínculos funcionais, sociais e culturais.
- Construir um espaço cada vez mais competitivo reforçando a sua qualidade e cooperação, e
- Integrar os espaços antrópicos com os ecossistemas naturais, preservando a biodiversidade e tendo em consideração a necessidade de combater as alterações climáticas.

9. A Parte B da Carta Europeia do Urbanismo define o papel do urbanismo e dos urbanistas para produzir a Visão, como resposta aos desafios-chave que a Europa enfrenta. Existem princípios básicos do urbanismo estabelecidos ao longo do tempo que são hoje mais válidos do que nunca. Contudo, eles são reforçados nesta Carta para que possam refletir os novos problemas e os focos das novas políticas que emergem no primeiro quartel do século XXI.

10. A Parte C da Carta Europeia do Urbanismo estabelece os compromissos dos urbanistas europeus para implantar a Visão desenvolvida na Parte A. A profissão do urbanista une-se em

torno destes compromissos a fim de promover os standards profissionais e um programa comum partilhado por todas as comunidades.

PARTE A

A VISÃO PARA AS CIDADES E TERRITÓRIOS (REGIÕES) DA EUROPA

1. CIDADES E TERRITÓRIOS (REGIÕES) INTEGRADAS E INTERLIGADAS

Integradas através do espaço

11. Ao longo do século XX, o Urbanismo enfrentou continuamente nas cidades e territórios (regiões) europeus as ameaças à qualidade de vida. Tal é assim das grandes regiões metropolitanas (como Londres e Paris) até às recônditas comunidades rurais e às remotas comunidades insulares (como Noruega ou Malta). As nossas áreas urbanas sofrem o declínio das indústrias tradicionais, a exclusão social, o desemprego, a expansão urbana, o declínio dos centros urbanos, a delinquência, a intensa poluição e degradação ambiental. As zonas rurais, ainda que muitas vezes desfrutando de uma melhor qualidade de vida, sofrem pressões económicas que implicam em muitos casos uma perda dos serviços essenciais e do acesso aos equipamentos.

12. Estas tendências, tanto nas cidades como nas zonas rurais, relacionam-se com o fenómeno da globalização e crescente homogeneização cultural. Surgem novas pressões do desenvolvimento de que resulta a erosão da identidade local. Assim, a situação atual das cidades e territórios (regiões) europeus está longe de ser a ideal. Colocam-se desafios consideráveis que requerem uma melhor integração das ações dos governos, comunidades e interesses do mercado.

13. A integração será alcançada através das redes urbanas, muitas das quais ultrapassam as fronteiras nacionais do continente europeu e países vizinhos. A cidade e território (região) integradas requerem sensibilidade no seu relacionamento com o ambiente natural e construído. E também vínculos efetivos e eficazes entre as atividades urbanas individuais, as redes de infraestruturas e as tecnologias da informação e comunicação.

14. Esta Carta Europeia do Urbanismo promove uma Visão da Europa alicerçada nas cidades e territórios (regiões) integrados e interligados, com uma boa acessibilidade para todos os que aí vivem, e trabalham e as visitam e que estão ligados à escala mundial. Esta Visão é a meta com que nós, os urbanistas europeus, estamos comprometidos - um objetivo que se pode alcançar através do esforço conjunto de todos os interessados no desenvolvimento e gestão das áreas urbanas e rurais.

Integradas através do tempo

15. A nossa visão é a dum futuro para a Europa que conserva o seu vínculo com o passado. As cidades e territórios (regiões) europeus distinguem-se pela sua longa história de desenvolvimento, que se reflete estreitamente nas características da estrutura institucional, cultural, social e económica da sua população. História e diversidade que criam as suas singularidades e identidades locais.

16. O passado oferece lições de um valor inestimável para o futuro em termos dos problemas a evitar e das oportunidades que podem ser criadas.

- As cidades e os territórios (regiões) devem conservar as suas diferenças e reduzir a tendência para a uniformidade e fragmentação da sua estrutura formal;

-As atividades humanas devem estar localizadas no centro urbano e deve inverter-se a tendência da sua extensão, consumindo zonas rurais e naturais;

- As novas redes e infraestruturas de transporte devem ser implantados sem fomentar a dispersão das atividades nem ir contra os modos de transporte sustentáveis:

- Devem ser respeitadas e apoiadas as comunidades instaladas e não mais ser absorvidas numa mancha urbana indistinta que faça perder a sua identidade e carácter.

17. Há várias características da vida urbana atual que apreciamos e valorizamos, e que esperamos legar às gerações futuras. Hoje em dia um problema fundamental das nossas cidades é a limitada acessibilidade, não só em termos físicos, mas também em termos culturais, com múltiplas origens e que originaram a nossa própria identidade e as suas especificidades locais. À medida que ampliamos as nossas conexões no espaço, devemos garantir a forma de preservar ao longo do tempo as nossas características culturais.

2. COESÃO SOCIAL E CONETIVIDADE (acessibilidade, desenvolvimento relacional)

Equilíbrio social

18. A nossa Visão é a de uma Europa que promove a justiça social através da coesão e conectividade. O bem-estar futuro da humanidade exige que as pessoas tanto sejam consideradas indivíduos, com direitos humanos que devem ser protegidos, como pessoas no contexto das comunidades a que pertencem. Este é um aspeto importante a ter em conta para a integração das cidades e territórios (regiões) da Europa e que deve equilibrar os interesses da sociedade em geral com as necessidades e os direitos das minorias e dos cidadãos.

19. Há cada dia maiores desigualdades sociais, exacerbadas pela desregulação do mercado e pela globalização. Torna-se necessária uma maior coesão social que permita garantir um maior nível de segurança e um maior sentido de segurança nas cidades e territórios (regiões) e noutras áreas. Tal deve ir para além de facilitar os intercâmbios e as expressões multiculturais. Por exemplo, uma maior conectividade proporcionará uma maior variedade de oportunidades económicas e de emprego para todos os indivíduos que vivam e trabalhem num lugar. Simultaneamente, assegurará um acesso mais equitativo à educação, à saúde e aos outros serviços sociais. Para enfrentar estes problemas sociais é necessário desenvolver novos enfoques de governança e de participação da comunidade que impliquem todas as partes envolvidas. De contrário, não será possível resolver com eficácia problemas sociais como o desemprego, a pobreza, a exclusão e a delinquência.

Diversidade cultural

20. Com a crescente tendência para a integração no continente europeu, as cidades e territórios (regiões) tem que ser verdadeiramente multiculturais e multilingues. As novas conectividades aumentarão a mobilidade e o potencial para a integração. O desenvolvimento das relações deve ser gerido com sensibilidade cultural para que as pessoas possam manter a sua herança social, cultural e histórica e possam desempenhar um papel significativo nas decisões que afetem o seu ambiente social e físico. Sem sensibilidade não vamos alcançar o tipo de integração cultural e social que permite equilibrar a necessidade de manter a diversidade encorajando a integração, os valores e visões comuns dos lugares (sítios) e paisagens partilhadas.

Envolvimento e responsabilização das comunidades

21. Os sistemas atuais de governança urbana encontram-se muitas vezes limitados pelas opiniões e votos dos grupos de residentes mais influentes ou por poderosos interesses comerciais. Tal traduz-se na prioridade dos interesses dos grupos de pressão. As cidades e os territórios (regiões) europeus têm necessidade de ter no futuro uma visão mais ampla do bem-estar de todos os grupos sociais. Tal vai além dos interesses dos residentes locais ou dos interesses setoriais. Por isso torna-se necessário reconhecer as necessidades dos grupos excluídos ou marginalizados (por exemplo, mão de obra estrangeira pouco qualificada), assim como dos grupos profissionais de grande mobilidade internacional (residentes por longos ou curtos períodos de tempo). Contudo, deve-se prestar atenção às reações das comunidades estabelecidas ou endógenas e ao impacto na sua qualidade de vida.

22. Tornam-se necessários novos sistemas de representação e de participação:

- Que proporcionem novas formas de acesso à informação;
- Que promovam uma maior participação das redes dos " cidadãos ativos ", e
- Que potenciem a democracia local e a responsabilização das pessoas.

Estas ações ajudarão todos os residentes e demais interessados a fazer ouvir a sua voz e a participar de forma plena e efetiva na configuração do seu futuro. Tal requer o tempo suficiente para permitir a sua concretização através do processo urbanístico, para que se estabeleçam os vínculos, e se favoreça um verdadeiro envolvimento.

23. Todos os grupos devem ter a oportunidade de mostrar a forma como podem contribuir para a melhoria da comunidade no seu conjunto, e de dar um valor acrescentado através das suas competências e conhecimentos. Este enfoque está em consonância com a Carta de Leipzig (2007) e a Declaração de Toledo (2010), que sublinham a importância do envolvimento dos urbanistas e do carácter fundamental do seu papel, juntamente com outros atores (proprietários, entidades financeiras, residentes e autoridades públicas), enquanto componentes da "aliança urbana "necessária para reinventar a cidade atual.

Vínculos intergeracionais

24. A alteração dos equilíbrios entre os diferentes grupos etários de uma população europeia envelhecida é uma fonte de novos desafios cada vez mais importante. Estes devem abordar-se não só em termos sociais e económicos, mas também mediante o estabelecimento de redes e

infraestruturas dirigidas ao apoio destas comunidades. Tal inclui o planeamento para os reformados e pessoas idosas, por exemplo, em termos da acessibilidade e gestão dos espaços públicos.

Identidade social

25. A identidade das pessoas está fortemente vinculada à identidade das cidades e territórios (regiões). Há uma grande diversidade entre as cidades e os territórios (regiões) europeus. Cada uma das cidades e territórios (regiões) é detentora da sua própria diversidade cultural e social, que se enriquece com a introdução de novas identidades por via da imigração.

26. Na cidade e território (região) integrados, o intercâmbio entre as diferentes culturas num ambiente urbano integrado através da comunicação e gradual fusão, dota a vida urbana de uma maior riqueza e diversidade. Tal, em troca, alia à sua atratividade geral enquanto local de residência, e enquanto local de trabalho, de educação, de comércio e de lazer.

Deslocações, transportes, mobilidade e acessibilidade

27. O urbanismo da cidade e do território (região) integrados implica a plena integração das políticas de transporte e de ordenamento do território. Estas políticas devem ser complementadas por um ordenamento urbano criativo e um acesso facilitado à informação. Mobilidade e acessibilidade serão elementos críticos da vida urbana, em conjugação com uma maior escolha do modo de transporte, por exemplo através de uma melhor informação ou do acesso virtual proporcionado pelas novas tecnologias.

28. Também é necessário reduzir as distâncias do transporte dos bens e serviços básicos através de ligações eficazes, agradáveis, sustentáveis e económicas. Tal requer a disponibilidade de diversos sistemas de transportes para pessoas, mercadorias e informação. Tal conduz a dar primazia à origem dos bens e serviços locais que além do mais correspondam a critérios de eficiência energética e respeitem objetivos ambientais. À escala local, a tecnologia e a gestão dos fluxos de transporte devem estar ao serviço da redução da dependência do uso do veículo privado. A uma escala estratégica, as ligações entre os bairros e a melhoria dos nós intermodais dentro das cidades e territórios (regiões) facilitarão o desenvolvimento de uma rede europeia de transportes.

Habitação, equipamentos e serviços

29. Para satisfazer as necessidades dos atuais e futuros cidadãos, a habitação e os serviços devem cada vez ser mais acessíveis - a sua disponibilidade deve ajustar-se de forma flexível aos modelos das novas e emergentes necessidades. Mais - um crescente número de habitações devem ser previstos a preços acessíveis, tal como os equipamentos e serviços de ensino, comerciais, culturais e de lazer. Estes equipamentos e serviços devem ser mantidos a preços de funcionamento acessíveis para os cidadãos, e complementados por um sentido profundo de identidade comunitária, de propriedade e de segurança.

3. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E CONETIVIDADE

30. As atividades económicas das cidades e territórios (regiões) europeias estão fortemente interligadas. Esta interdependência conduzirá a uma maior produtividade e aumentará a competitividade global. Contudo, tal significa que também são por sua vez adaptadas e vulneráveis face à alteração das condições locais e exteriores, reflexo da volatilidade da economia mundial. A nossa Visão é a de uma Europa que promove a competitividade de uma economia forte e sustentável.

Globalização e especialização regional

31. As atividades económicas encontram-se influenciadas por duas forças principais: a globalização e a especialização local e regional. As novas atividades económicas emergentes, baseiam-se cada vez mais no conhecimento, e tanto a produção como os serviços encontram-se numa grande dependência das novas tecnologias. Simultaneamente, observa-se uma crescente procura de produtos e serviços especializados, associados a métodos de produção tradicionais e da terra, com denominação de origem.

32. Neste contexto económico, a influência das regiões e das cidades é cada vez mais decisiva dado que as distâncias e a extensão dos mercados a que se dirigem são cada vez maiores. Além disso, as economias locais articulam-se cada vez mais com as economias de outras cidades e territórios (regiões), tanto a nível nacional como internacional. As cidades já não podem ser planeadas de maneira isolada. A cooperação e a competição entre cidades torna-se norma, e as mega regiões europeias tornam-se potências económicas.

33. Por conseguinte deve procurar-se um equilíbrio entre os fatores locais e externos que atualmente causam estas transformações. Trata-se de um desafio estratégico para as cidades e territórios (regiões) europeus. Neste contexto há escolhas críticas a fazer relacionadas com o futuro potencial económico de toda e qualquer cidade ou região. É necessária uma focagem do planeamento para avaliar as futuras opções em relação às necessidades locais e à sua identidade económica, assim como à luz da procura decorrente de fatores mundiais.

34. Este equilíbrio é particularmente relevante para as necessidades energéticas; a integração das zonas urbanas e suburbanas; um renovado enfoque na promoção das energias renováveis; e o apoio às infraestruturas e aos ecossistemas essencialmente verdes. Também, deve ser reconhecida a situação especial das comunidades pequenas e distantes, tal como as ilhas da Europa devem ser reconhecidas, por exemplo no que se refere à sua sensibilidade às alterações do mercado e à sua capacidade limitada para alcançar as economias de escala que podem ser concretizadas noutra local.

Vantagens competitivas

35. Os fatores competitivos das atividades económicas são muito diferenciados e articulam-se de maneira diversa em cada cidade. Pode haver fatores tais como o património cultural e natural, a existência de uma mão-de-obra qualificada e competente, um ambiente e paisagem adequados, assim como uma localização estratégica. O futuro desenvolvimento das cidades e territórios (regiões) europeus não deve ser feito à custa da perda da diversidade económica, antes pelo contrário, deve ser o seu fundamento.

36. As vantagens significativas e competitivas podem-se alcançar mediante a capitalização das qualidades culturais e naturais das cidades, e mediante a promoção do seu carácter único e da sua diversidade, Além disso, proporcionar um estilo de vida e um ambiente de trabalho agradável, seguro e saudável, acrescentará consideravelmente muito à atração das futuras atividades económicas e contribuirá para contrariar os impactos uniformizadores das atividades das empresas à escala global.

37. Uma cidade ou território (região) próspera utiliza o melhor das suas características para posicionar-se economicamente. Tal exige adaptar-se constantemente para manter as suas vantagens num ambiente em transformação. As tendências devem ser continuamente analisadas e os cenários do futuro devem ser revistos regularmente para se anteciparem tanto as forças positivas com negativas e para responder a estas de maneira apropriada.

Cidades e territórios (regiões) em rede

38. As cidades e os territórios (regiões) devem cooperar para manter e aumentar as suas vantagens competitivas. Esta cooperação variará em função das circunstâncias locais, por exemplo:

- Uma associação de cidades com a mesma especialização, que através da cooperação funcional e organizacional atinjam a visibilidade, a dimensão e a produtividade necessárias a uma competição mundial;
- Os vínculos entre cidades com diferentes especializações permitir-lhes-á complementarem-se; com uma especialização que oriente a atribuição dos projetos públicos entre essas cidades;
- Uma rede de cidades interligadas entre si num sistema flexível de intercâmbio de bens e serviços ou partilhando interesses comuns económicos, sociais e/ou culturais para reforçar o seu perfil e, por conseguinte, para reforçar as suas vantagens competitivas.

39. Estas redes de cidades e territórios (regiões), interligados de diferentes maneiras, determinarão a distribuição, o desenvolvimento e o fortalecimento das atividades económicas em toda a Europa. Tal tem especiais implicações na governança das metrópoles e no enfoque integrado dos investimentos rurais.

A dimensão metropolitana

40. A Europa enfrenta não só uma rápida taxa de urbanização, mas também uma expansão da escala dos conjuntos urbanos. A atração exercida pelas zonas urbanas é reforçada pela competição mundial. Tal deu origem à emergência de uma centena de zonas metropolitanas na Europa onde vive mais de 60% da população europeia. Estes agrupamentos estreitamente vinculados às zonas urbanas e às cidades são os motores da mudança da Europa - são o ponto central do desenvolvimento económico, dos desafios sociais e da pressão ambiental.

41. A intensidade das mudanças em termos dos movimentos da população, dos bens e dos capitais, é o motor do desenvolvimento económico e cultural das cidades. Tal já favoreceu a concentração dos espaços urbanos, mas as novas comunicações e os sistemas de transportes e dispositivos de governança conduzem a áreas metropolitanas mais extensas e à emergência de mega territórios urbanos. A dimensão metropolitana constitui um desafio ao conceito tradicional da cidade como uma entidade livre, mas estas tendências não podem ser dirigidas unicamente pelas leis do mercado ou pelos benefícios económicos a curto prazo, sob o risco

de ter grandes custos sociais e ambientais. Noutros continentes, a rápida e permanente urbanização dá origem às mega regiões onde os custos sociais e ambientais estão subordinados ao crescimento económico. Tal é contrário às políticas que sustentam a construção da Europa.

42. Todavia, as cidades europeias devem continuar a ser competitivas. Tal requer dois campos de ação. Por um lado, a valorização da paisagem histórica das cidades como uma componente essencial da vantagem competitiva da Europa já que o capital cultural contribui para a formação da ideia de cidadania e para a criação de valor.

Por outro lado, são necessárias novas formas de governança urbana para proporcionar uma capacidade institucional efetiva com o objetivo de sustentar a competitividade e simultaneamente proteger o património das nossas cidades e territórios (regiões). É ao nível metropolitano que tal tem mais possibilidade de ser atingido.

Zonas rurais distantes e comunidades insulares

43. Além do reconhecimento das prioridades para o desenvolvimento urbano, é necessário reconhecer as necessidades específicas das comunidades rurais. Muitos espaços rurais estão a converter-se cada vez mais em áreas periurbanas. As necessidades destas comunidades rurais devem ser reconhecidas, muito especialmente em termos de habitação acessível para as populações locais. Todavia, existem comunidades distantes que tem menor acesso ao emprego, aos serviços do nível superior (por exemplo, hospitais e ensino superior) e a outras oportunidades presentes no meio urbano. As comunidades insulares, em particular, tem desafios adicionais em termos de custos do transporte.

44. As atividades rurais tradicionais tem declinado nessas zonas distantes e existem nelas bolsas de desemprego elevado, onde a situação é de difícil resolução pelo carácter afastado da sua localização. Nalgumas áreas há grandes limitações e graves problemas ambientais. Encontram-se a miúdo agravados pelas condições sociais e económicas, e verifica-se uma necessidade especial de assegurar a colocação à sua disposição de equipamentos locais, e de resolução das carências de habitação e emprego. Contudo, estas zonas constituem uma parte chave do futuro da Europa, por exemplo em termos de produção de alimentos e fornecimento de recursos naturais (como os minerais e a produção de madeira) e podem dinamizar a economia turística. O ordenamento do território é essencial para a promoção de uma abordagem integrada do futuro das comunidades rurais da Europa.

4. A CONETIVIDADE AMBIENTAL

Desenvolvimento sustentável

45. Os vínculos entre as pessoas e o ambiente são fundamentais. Estes vínculos constroem uma identidade comum e uma qualidade de vida assente numa herança cultural e natural partilhada. Tal significa a necessidade de se estabelecerem conexões entre a saúde, estilo de vida, qualidade de vida, o uso sustentável dos nossos ecossistemas, das nossas paisagens, das nossas áreas naturais e da nossa energia.

46. Por conseguinte, o desenvolvimento sustentável requer a manutenção, melhoria e desenvolvimento dos recursos naturais que se encontram nas nossas cidades, ou que lhes proporcionam serviços. Tal implica:

- O uso prudente dos recursos, especialmente os recursos não renováveis da terra, o ar e a água;
- A gestão dos recursos adequada às necessidades reais e não simplesmente à satisfação da procura do consumidor, e à redução do consumo através da promoção das boas práticas na reutilização e reciclagem dos recursos;
- A proteção das cidades da poluição e degradação, de maneira a manter a sua qualidade ambiental;
- A crescente utilização das energias renováveis como prioridade, para se atingirem níveis de eficiência energética sem precedentes na produção e utilização;
- Um enfoque autossuficiente no tratamento e reutilização dos resíduos, e a eliminação da exportação de resíduos para outras comunidades próximas ou noutros países.

Promover a saúde e a qualidade de vida

47. A gestão do ambiente e aplicação prática dos princípios da sustentabilidade fazem com que as nossas cidades sejam globalmente mais saudáveis. Consequentemente, as cidades e territórios (regiões) devem ser planeados de maneira a proporcionarem condições de vida mais saudáveis, por exemplo, em relação às condições de alojamento ou atividades. No futuro, os riscos para a saúde provenientes das substâncias tóxicas devem ser eliminados, seja nos alimentos, nos processos industriais, efluentes, emissões devidas aos transportes ou outras matérias. Do mesmo modo, as cidades necessitam de espaços livres acessíveis, transportes

ecológicos e condições de habitação dignas, a fim de se promover uma maior e mais sã qualidade de vida. Estas medidas devem complementar-se com uma vasta gama de serviços de saúde e sociais à disposição de toda a população, com uma especial ênfase na prevenção.

Ecossistemas

Manter os ecossistemas é não só uma fonte de bem-estar humano, mas também uma condição para a nossa sobrevivência. A biodiversidade deve ser protegida e preservada, tendo em conta que os seres humanos são uma parte integrante da biodiversidade. A qualidade ambiental é também um fator chave para garantir a coesão social e cultural, e também ela contribui para a competitividade económica.

48. Esta perspetiva também deve ser tida em consideração para reduzir ao mínimo os riscos e impactos que podem surgir em consequência das catástrofes naturais. Por exemplo, os rios, ribeiros e áreas inundáveis, requerem a gestão das bacias hidrográficas de modo a permitir mitigar o efeito das inundações e de outros fenómenos extremos derivados das alterações climáticas e duma má conceção da engenharia. Os prejuízos provenientes das inundações podem-se controlar mediante a limitação da expansão urbana em zonas de risco através duma adequada gestão do solo. Os bosques/matias urbanos e os espaços verdes integrados ou na proximidade das zonas urbanas devem ser ampliados para que possam desempenhar um papel vital na melhoria da qualidade do ar, estabilização da erosão do solo e regulação da temperatura. Os efeitos catastróficos dos terramotos/sismos devem ser controlados mediante a adoção de medidas de proteção tanto dos edifícios existentes como das novas edificações.

49. Um pensamento ecossistémico deve pois ser desenvolvido através da teoria e prática do planeamento e ordenamento do território, através da investigação e do ensino do urbanismo a fim de se reconhecer o valor económico dos recursos naturais, da biodiversidade, da energia, da água, da gestão dos resíduos, e de se reduzir e mitigar os efeitos das alterações climáticas que já são bem visíveis.

Paisagens

50. A paisagem é de vital importância para a qualidade e diversidade da identidade cultural, da ecologia, do ambiente e da sociedade europeia; a paisagem contribui para a economia de todas as cidades e territórios (regiões) através da sua proteção, gestão e ordenamento. A paisagem refere-se a todo o território, tal como é percecionada pelas populações; o seu carácter é o resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos.

51. A paisagem é um fator importante da qualidade de vida, do bem-estar individual e social dos indivíduos, tanto nas zonas urbanas como rurais, nas zonas degradadas e nas zonas de grande qualidade. Assim, a paisagem é uma expressão da diversidade do património partilhado - multicultural e natural.

52. Um enfoque integrado da paisagem nas políticas do ordenamento do território é essencial para assegurar o seu valor ambiental, social e económico. Este enfoque deve ser integrado em toda a política que tenha um impacto real, direto ou indireto, na paisagem. A participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento das paisagens, o estabelecimento da democracia participativa, são fatores chave que garantem o apoio da população às políticas de desenvolvimento da paisagem.

Património natural e espaços abertos

53. Todos devem ter a oportunidade de viver e trabalhar na proximidade de elementos bem conservados do património cultural e natural. Além disso, os recursos naturais e o património cultural devem ser preservados e valorizados. Tal inclui os sítios e monumentos arqueológicos, os bairros tradicionais, os parques, as praças e outros espaços abertos, os espaços aquáticos (lagos, rios, zonas húmidas e zonas costeiras) e as reservas naturais, entre outros.

54. Todos estes elementos são componentes essenciais do ambiente próximo das populações. O ordenamento é um instrumento eficaz para a proteção e valorização destes elementos, e um meio de desenvolver novos espaços abertos, de recuperação das paisagens degradadas que criam vínculos com o tecido urbano e atenuam os efeitos negativos de uma urbanização não controlada.

Energias

55. As novas formas de energia obtida a partir das fontes limpas e renováveis, devem ser utilizadas para satisfazer as necessidades de energia do século XXI, em particular nos transportes e na habitação. Também, os sistemas de distribuição de energia e os equipamentos devem ser altamente eficientes, por exemplo mediante o aproveitamento das novas tecnologias para reduzir drasticamente o consumo de energia. Estas inovações terão efeitos indiretos muito positivos na redução da poluição do ar, das emissões de gases com efeito de estufa e nas alterações climáticas.

5. INTEGRAÇÃO ESPACIAL: SÍNTESE

56. A coesão cultural, social, ambiental e económica constitui a essência do ordenamento do território. O ordenamento do território/urbanismo permite criar a referida coesão. A nossa Visão para a Europa é a das nossas cidades e territórios (regiões) espacialmente integrados para maximizar os benefícios em termos de:

- Diversidade cultural;
- Coesão social e solidariedade;
- Conetividade ambiental; e
- Integração económica.

A integração espacial: Redes e Acessibilidade.

57. Através de um cuidadoso planeamento espacial, conjuntamente com outras políticas setoriais adequadas, fortalecem-se as redes de cidades e territórios. As funções essenciais duma cidade, os seus centros e outros pontos nodais-chave, serão salvaguardados e beneficiados; as comunicações e redes de transportes públicos devem assegurar serviços eficientes e reforçar a sua vitalidade. Simultaneamente, as áreas naturais, as paisagens e os ecossistemas da Europa deverão ser eficazmente protegidos. As infraestruturas ecológicas ajudarão na gestão e promoção do desenvolvimento urbano e na tomada da consciência do seu valor intrínseco.

58. Isto manterá e melhorará o bem-estar e atratividade das cidades e territórios europeus e contribuirá, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Existem muitas políticas, medidas e intervenções, em que os urbanistas devem desempenhar um papel chave. Estas incluem:

- O ressurgir do desenho urbano para proteger e melhorar/valorizar os espaços públicos (tais como arruamentos/vias, praças, circulações pedonais e "corredores verdes");
- A reabilitação das áreas e edifícios degradados ou mal concebidos;
- As medidas para promover lugares de encontro e outras manifestações da vida social, tal como o acesso aos equipamentos culturais, de lazer e recreio;
- As medidas para reforçar o sentimento de segurança individual e coletiva;

- A criação de lugares e paisagens emblemáticas inspiradas na especificidade do "*genius loci*" / *espírito do lugar*, colocando em destaque a sua diversidade e caráter;

- A conservação e gestão de todos os elementos significativos do património natural e cultural.

59. Cada uma destas ações positivas será tratada de forma específica em cada cidade ou território e de acordo com as suas condições culturais, sociais, ambientais e económicas. A coesão no seio do continente europeu incrementar-se-á, as estruturas administrativas e sociais terão maior solidez, as orientações e questões relativas ao desenvolvimento do território integrar-se-ão progressivamente em toda a Europa. Através deste processo, os objetivos comuns das cidades e territórios (regiões) do continente europeu acabarão por ser amplamente aceites, assim como a diversidade e singularidade de cada um deles serão amplamente valorizados e mantidos.

O planeamento espacial europeu / O urbanismo europeu

60. O futuro desenvolvimento da Europa deve ser:

- Guiado por valores assentes na equidade e justiça;

- Inclusivo de todos os indivíduos, respeitando as suas próprias necessidades e aspirações;

- Sustentável no seu impacto sobre os ecossistemas naturais e humanos; e

- Integrado para além das fronteiras e dos interesses setoriais.

61. O urbanismo é a expressão concreta de todos estes conceitos que asseguram a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e permitem às empresas alcançarem o seu máximo potencial, independentemente da sua localização. Pelo seu caráter integrador, o urbanismo tem o potencial necessário para coordenar as políticas que afetam as necessidades das comunidades locais. O urbanismo baseia-se num conjunto de princípios dirigidos para o desenvolvimento territorial harmónico, equilibrado, eficaz e sustentável. O urbanismo assenta nos Princípios diretores para o desenvolvimento territorial sustentável do continente europeu (COE, Hannover 2002), Esquema para o Desenvolvimento do Espaço Comunitário Europeu (EDEC) e refletidas nas Carta de Leipzig, 2007 e Declaração de Toledo, 2010.

62. O urbanismo é orientado por natureza própria para a ação. É um meio para alcançar a equidade entre os cidadãos e a melhor utilização da diversidade territorial da Europa, o que é uma considerável vantagem comparativa num período de turbulência global. Proporciona o

uso prudente dos recursos do solo, ar e água, vital para o futuro económico da Europa. Personifica o princípio da subsidiariedade. Por conseguinte promove a coesão económica e social, mediante a integração dos princípios de um desenvolvimento equilibrado e sustentável em ações concretas para cada cidade e território (regiões).

63. As políticas europeias têm impacto na competitividade económica, nas condições sociais e na sustentabilidade ambiental de todas as cidades e territórios (regiões) da Europa. Pelo contrário, sem planeamento e ordenamento do território, o futuro desenvolvimento territorial da Europa será desequilibrado, incrementam-se os desequilíbrios sociais e os nossos ecossistemas vitais estarão mais ameaçados. As considerações do ordenamento território devem assim integrar-se no conjunto das políticas europeias para garantir a sua aplicação efetiva por todos os níveis institucionais e de modo a permitir nas decisões adotadas no quadro espacial:

- Um desenvolvimento policêntrico e uma maior inovação de modo a viabilizar o estabelecimento de redes de cidades através dum planeamento urbano coordenado, gerador de economias de aglomeração;
- A promoção de investimentos no meio rural de carácter integrado. Visões integradas para os espaços urbanos e rurais que identifiquem novas formas de parceria e de governança, e que proporcionem serviços públicos adequados ao interesse coletivo;
- A cooperação regional através de toda a Europa baseada em planos estratégicos que prevejam infraestruturas adequadas e o desenvolvimento de redes de infraestruturas mais sustentáveis;
- Um quadro coerente que propicie a expansão e o fortalecimento das redes transeuropeias (RTE);
- Uma abordagem holística da gestão dos riscos transeuropeus, incluindo o impacto nas alterações climáticas;
- Mais estruturas dinâmicas e resilientes para suporte dos recursos ecológicos e culturais, e gestão coerente desses recursos em toda a Europa através do desenvolvimento de unidades naturais (tais como as bacias hidrográficas e ecossistemas).

64. As cidades e territórios (regiões) europeus também desenvolveram interdependências entre diferentes níveis do governo e diferentes áreas das políticas públicas, tanto entre os estados membros da UE como com os países vizinhos. Como consequência, o maior desafio

com que se confronta a Europa requer uma maior cooperação entre os estados, as regiões, as cidades (incluindo as cidades pequenas e médias), os outros territórios e o estabelecimento de políticas setoriais a todos os níveis. O ordenamento do território é o meio mais eficaz para alcançar um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável e uma coesão territorial na Europa, especialmente nas áreas metropolitanas.

A integração espacial: uma aproximação à síntese

65. A integração territorial requer uma abordagem integradora, proactiva e participativa na sua formulação, comunicação e seguimento/acompanhamento. A abordagem requerida depende de quem está envolvido, do processo de planeamento e do contexto político e territorial. Nalgumas situações, uma abordagem menos formal e mais experimental pode ser desejável ou necessária. Contudo, os princípios acabam por se aplicar quer o planeamento do território conduza à expansão duma cidade, ao desenvolvimento urbano, novas extensões, novas infraestruturas, renovação urbana, intervenções de reabilitação, iniciativas locais ou projetos singulares.

66. As atividades e intervenções relativas ao planeamento e ordenamento do território aplicam-se a todo o tipo de espaços: zonas residenciais, centros históricos, centros urbanos, centros de negócios, zonas comerciais, zonas industriais, portos, áreas de turismo e lazer, zonas verdes, parques urbanos, zonas rurais periurbanas, infraestruturas e redes de transporte. As suas ações põem em relevo as qualidades ou quantidades destes bens coletivos. Asseguram a proteção, a qualidade, a redução ou a valorização da quantidade, a disponibilidade da quantidade e qualidade, e a sua gestão. Tal coloca a questão de como alcançar, ou estimular, ar, solo e água mais limpos, a redução da produção de resíduos e da poluição, a utilização dos recursos e da energia, a melhoria das condições para a flora e a fauna, a economia verde e o fornecimento da energia verde, o uso de meios de transporte sustentável, o envolvimento de todos os atores relevantes e a participação pública.

67. Para alcançar um processo integrador, aberto e inclusivo no sentido da coesão territorial, é essencial definir territórios coerentes sob um ponto de vista socioeconómico e ambiental. Portanto, é crucial avaliar e identificar as áreas onde as pessoas estão à procura de emprego ou habitação, ou nas quais têm as suas atividades ou habitam, e de planear em estreita cooperação com os territórios limítrofes. Do mesmo modo, onde os meios de governança para o ordenamento do território são fragmentados, é essencial que todos os atores interessados participem na tomada de decisões, não sejam meros consultentes e sejam autorizados a optar.

O enfoque integrado permite uma avaliação significativa dos pontos fortes e desafios do território, a definição das oportunidades e de cenários realistas e, finalmente, a definição de políticas espaciais ótimas para o desenvolvimento futuro do território, seja à escala local ou estratégica.

O PAPEL DOS URBANISTAS

Desafios para o ordenamento do território

68. Os princípios do urbanismo regem tanto a teoria como a prática do ordenamento do território na Europa. Estes princípios básicos descritos na Parte A desta Carta, devem reformular-se e reforçar-se continuamente para refletir as novas questões e problemas emergentes. O século XXI enfrenta novas prioridades e âmbitos de atuação política à luz dos grandes desafios mundiais que enfrentamos. Estes incluem os desafios de uma urbanização de rápido crescimento, do aumento da pobreza e das alterações climáticas inexorável que constitui o programa base dos urbanistas de todo o mundo. Sem um ordenamento do território eficaz não haverá uma Visão espacial a longo prazo para o desenvolvimento da Europa.

69. É hoje mais necessário do que nunca que os urbanistas se abram ao exterior, para afirmar o valor do urbanismo e influenciar/incutir nos agentes do ordenamento do território (por exemplo, organizações não governamentais e setor privado), os governos e as coletividades locais. Outras organizações também procuram um reconhecimento efetivo do urbanismo como algo fundamental para a concretização dos seus objetivos, por exemplo, o trabalho da Agência Europeia do Ambiente, sobre a qualidade de vida dos espaços urbanos, e o Conselho da Europa / CEMAT, sobre a democracia territorial. Estes objetivos reforçam as políticas da UE para uma maior coesão territorial. Preocupação que também é partilhada pelo Conselho da Europa. Qualquer alargamento da UE alterará o equilíbrio geográfico do continente europeu. A coesão territorial requer um urbanismo eficaz a todos os níveis e em todo o continente europeu.

70. O desafio consiste em dar um significado concreto à coesão territorial, que inclua os conceitos da diversidade e governança multinível. O urbanismo deve adaptar-se ainda mais à interação entre os sistemas económicos e sociais às diferentes escalas e requer uma reformulação do conceito do policentrismo com organizações territoriais flexíveis.

71. Existe a necessidade de criar um espaço de participação dos cidadãos no processo da tomada de decisões e de equilibrar o enfoque tecnocrático com os testemunhos informais e as informações que fazem parte integrante do saber das comunidades locais. Tal não é possível com diretrizes políticas ditadas de cima para baixo e com aplicação indistinta a todos os territórios. É necessário adotar abordagens e ações específicas de carácter local e que permitam refletir as características dos lugares e territórios e evitar abordagens normativas elaborados pelos políticos. Tal também requer novas formas de participação que conduzam à formulação de objetivos convergentes entre todas as partes envolvidas.

72. Contudo, o contexto em que o urbanismo se enquadra está sujeito a rápidos e diferentes ritmos de mudança. No contexto europeu, cinco fatores-chave estão a alterar o contexto do planeamento e ordenamento do território.

a. A crise económica mundial teve o efeito de dar prioridade aos programas de emprego e crescimento, ainda que a dependência dum economia de mercado não regulado ou de um setor financeiro muito pouco estruturado tenha constituído o problema crucial. É pois necessária uma maior estabilidade no que se refere às bases de uma política económica que passe de um sistema baseado na mercantilização dos bens e serviços para um sistema baseado

no real valor económico dos ativos e em estruturas financeiras transparentes. Tal estará vinculado a meios mais eficientes de produção e deve-se aplicar com o objetivo de assegurar condições de concorrência equitativas. Assim, um planeamento estratégico são é essencial para contrariar as flutuações do mercado que estiveram na origem de muitos dos nossos problemas urbanos.

b. As alterações climáticas constituem uma preocupação prioritária. A concretização dos princípios propostos na nossa visão para as cidades e regiões da Europa (Parte A) que referencia cidades e territórios (regiões) compactos requer a intensificação do controle dos níveis atuais, elevados e indesejáveis, do consumo de solo, gerador da expansão urbana e da dispersão geográfica do desenvolvimento. Será essencial promover uma maior auto suficiência e resiliência locais para fazer face à crescente vulnerabilidade ambiental das cidades e territórios (regiões). Por conseguinte, existe a necessidade de nos afastarmos de um modelo de gestão baseado unicamente no zonamento do território. Este deve ser complementado com uma "gestão da procura integrada nas políticas do urbanismo", por exemplo, alterando modelos não sustentáveis de comportamento. Por outro lado, os dirigentes locais, profissionais e políticos, na luta contra as alterações climáticas, não devem limitar-se a apoiarem-se nas iniciativas tomadas ao nível nacional. As iniciativas de ação locais devem ser o motor da mudança.

c. Os ecossistemas de que as nossas economias e comunidades dependem estão em grande medida ameaçados, em especial os referentes ao ciclo da água e ao solo. A proteção e a gestão da biodiversidade e das paisagens devem deter um papel determinante no ordenamento do território. A integração do ordenamento urbano e rural, em particular através da gestão dos serviços interdependentes dos ecossistemas (por exemplo, recursos aquíferos e produção de alimentos) constitui um novo e importante paradigma do ordenamento do território.

d. A pressão sobre as despesas públicas com assistência social e serviços de interesse público ameaça a capacidade da viabilidade dos planos de urbanismo. Os riscos em que se pode incorrer são designadamente:

- Perca da experiência em urbanismo;
- Incapacidade de assegurar as infraestruturas necessárias;
- Manutenção de planos e instrumentos de gestão territorial obsoletos.

Se estes riscos se tornam realidade haverá obstáculos significativos à recuperação económica, ao bem-estar social e às condições ambientais.

O papel dos urbanistas

73. O urbanismo é interdisciplinar e exige a participação de uma diversidade de profissionais e atores em processos complexos. O papel do urbanista adapta-se à evolução da sociedade e às leis e políticas que regem o ordenamento do território. Estas variam em função dos diferentes modelos políticos e sociais dos países em que os urbanistas trabalham, seja como criadores conceptuais, técnicos, gestores, consultores, mentores ou professores.

74. Em comparação com outras disciplinas, o urbanismo distingue-se por considerar como prioridade os interesses da sociedade no seu conjunto, os estabelecimentos humanos e o território como uma única entidade, numa perspetiva de longo prazo. Os urbanistas estão fortemente comprometidos com o servir e proteger o interesse público e a democracia local. A sua independência e objetividade são essenciais para cumprirem o papel de impulsionadores da transformação da sociedade para um futuro mais sustentável e seguro do continente europeu.

75. Os urbanistas analisam, elaboram, executam e supervisionam as estratégias de desenvolvimento, apoiam políticas, programas e projetos de referência. Tal como noutra qualquer disciplina, contribuem também para a formação e investigação com vista a assegurar a contínua adaptação do ensino às exigências do presente e do futuro. Os urbanistas participam ativamente nas diferentes fases e níveis dos processos de ordenamento do território, ainda que não possam estar envolvidos em todos em simultâneo e por igual.

76. O urbanismo não se ocupa exclusivamente da elaboração de planos de ordenamento do território. Também está envolvido num processo político que tem como objetivo equilibrar todos os interesses em presença - público e privado - para resolver exigências antagónicas que afetam a integração espacial e os seus programas de desenvolvimento. Tal põe em relevo a importância do papel do urbanista como mediador. No presente e no futuro, as capacidades de mediação e negociação dos urbanistas têm e terão cada vez mais importância.

77. O papel do urbanista será mais exigente do que foi no passado. Este papel requer competências acrescidas de conceção/desenho, de síntese, de gestão e administração para poder apoiar e conduzir em todas as suas fases o processo público do planeamento. Também é necessária uma abordagem científica tanto dos métodos de gestão dos acordos/consensos como do diálogo social e concretização dos acordos, que tenha em consideração as diferenças individuais, assim como a natureza política das decisões e conduza a uma concretização, gestão e monitorização contínua dos planos e programas de ordenamento do território.

78. Há um perigo real nas abordagens que tenham unicamente em consideração uma perspetiva fragmentária e a curto prazo. No geral conduzem a soluções temporárias e originam novos problemas a longo prazo. Portanto, é tanto mais necessário que o conselho dos profissionais urbanistas chegue às instituições governamentais se elas desejam adotar soluções sustentáveis na resolução dos seus problemas e uma visão partilhada da governança.

OS COMPROMISSOS DOS URBANISTAS NA EUROPA

Os compromissos

Os urbanistas devem apontar o caminho contribuindo com as alterações que se impõem na conceção e gestão das cidades e territórios. Os desafios do século XXI exigem que os urbanistas se comprometam como " líderes da mudança ", conselheiros políticos, criadores, gestores urbanos e cientistas. Estes compromissos estabelecem os valores fundamentais defendidos pelos urbanistas no seu papel de aconselhamento junto dos responsáveis políticos e da população em geral, num esforço tanto para materializar a Visão, como para aplicar os princípios consagrados nesta Carta. Também se comprometem a respeitar o Código de Deontologia Profissional dos urbanistas europeus em todas as suas intervenções.

1. O Urbanista, enquanto " líder da mudança ", compromete-se a:

- Renovar o espírito do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) para formular uma Visão territorial comum para o desenvolvimento sustentável do continente europeu; e aderir às Diretrizes da Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo ordenamento do território (CEMAT) do Conselho da Europa;
- Respeitar as convenções e tratados internacionais que devem incorporar-se nas legislações nacionais (nos países membros do Conselho da Europa) e os princípios diretores do Conselho da Europa e das cartas de ordenamento do território da Europa;
- Preparar as redes de planeamento estratégico que reflitam as diretivas europeias, integrem as políticas e os programas europeus, nacionais, regionais, urbanos e rurais, e reforcem a confiança das comunidades locais no ordenamento do território;
- Elaborar planos detalhados e atualizados à escala local para todas as comunidades europeias;
- Promover um programa europeu de Renascimento/Regeneração Urbana que dê lugar a um renascimento da prosperidade e ao desenvolvimento económico sustentável das cidades e seus territórios, criando os germes do êxito que esta atividade pode trazer ao nosso futuro comum;
- Promover estratégias, políticas e programas para uma maior "capacidade de adaptação/resiliência territorial" que contrarie a vulnerabilidade das cidades e territórios (regiões) face aos efeitos da rápida urbanização, da alteração climática, da pobreza e aumento das desigualdades.
- Promover uma maior autossuficiência, com o objetivo de contribuir para a segurança dos recursos água e energia, e para a segurança alimentar;
- Responder às alterações demográficas e económicas e às pressões e solicitações que surgirão em termos da estrutura e natureza da população: idade, origem étnica, necessidades culturais e atividade económica; e
- Integrar a utilização do solo, o transporte assim como as estratégias das infraestruturas no desenvolvimento das "redes transeuropeias" e de todos os programas relevantes neste contexto.

2. O Urbanista, enquanto cientista, participa numa profissão assente no conhecimento e compromete-se a:

- Analisar as características existentes, as tendências e os cenários, considerando o contexto geográfico mais amplo, as necessidades a longo prazo e a gestão da procura com o objetivo de proporcionar uma informação completa, clara e precisa aos decisores, aos atores e ao público.
- Aceder aos dados disponíveis, tendo em conta os indicadores europeus;
- Desenvolver métodos que permitam elaborar a síntese das informações oficiais ou informais, incluindo as fontes de conhecimento baseadas nas culturas locais;
- Manter um nível de conhecimento adequado à filosofia contemporânea do urbanismo, à teoria, à investigação e à prática através de uma formação profissional contínua;
- Contribuir para a formação e o ensino, apoiando e avaliando o desenvolvimento da profissão de urbanista em toda a Europa, combinando a teoria e a prática; e
- Fomentar um amplo debate crítico e construtivo sobre a teoria e a prática do urbanismo e partilhar os resultados das suas experiências e investigações, para contribuir para a evolução do corpo dos conhecimentos e competências no ordenamento do território.

3. O Urbanista, enquanto criador e visionário, compromete-se a:

- Refletir a todas as escalas, equilibrando as estratégias locais e regionais num contexto de rede de regiões metropolitanas na Europa e numa visão das tendências mundiais globais;
- Identificar as formas e os modelos sustentáveis de desenvolvimento económico, ambiental, social e cultural que assegurem a coesão territorial;
- Alargar as opções e as oportunidades a toda a população, assegurando uma responsabilidade específica com vista a uma melhor qualidade de vida e em particular atendendo às necessidades das populações e pessoas desfavorecidas;
- Lutar para proteger e fortalecer a integridade do ambiente natural e dos ecossistemas associados, a excelência da composição urbana e a preservação do património ambiental natural e construído para as gerações futuras;
- Desenvolver ao nível local soluções alternativas para os problemas e desafios específicos, avaliando as potencialidades, fragilidades e impactos, a gestão do consumo (por exemplo, o transporte e a densidade de uso do solo), fortalecendo as identidades locais, as diversidades culturais, e contribuindo para a concretização dos programas e estudos de viabilidade adequados;
- Desenvolver e elaborar visões de desenvolvimento espacial mostrando as oportunidades do desenvolvimento futuro das cidades e dos territórios (regiões) que integrem as agendas urbanas e rurais;
- Identificar a posição ótima do plano espacial ou de estrutura dentro do conjunto das redes internacionais das cidades e territórios (regiões) (Pensar local, agir global) ; e

- Convencer todos os atores a partilhar uma visão comum e de longo prazo para a Europa e para o seu país, província, cidade ou território que vá para além dos seus interesses e objetivos particulares.

4. O Urbanista, enquanto assessor estratégico e mediador, compromete-se a:

- Respeitar os princípios da subsidiariedade e da equidade na tomada de decisão, nas soluções propostas e na sua implementação através da efetiva participação pública na tomada de decisão;

- Apoiar as autoridades locais familiarizando-as com as propostas, objetivos, metas, impactos, problemáticas relacionados com o seu território, fornecendo-lhe planos e soluções num quadro de governança operativo e eficaz;

- Propor e elaborar os instrumentos legislativos operacionais para garantir a eficácia, a justiça social e um ambiente sustentável das políticas de desenvolvimento;

- Facilitar um diálogo construtivo entre as autoridades locais, decisores políticos, agentes económicos e os cidadãos para coordenar os desenvolvimentos e garantir a continuidade e a coesão territoriais;

- Coordenar e organizar a colaboração entre todos os atores com o objetivo da resolução dos conflitos e tomada de decisões claras, preparadas para as autoridades competentes e independentes;

- Lutar por um elevado nível de comunicação para permitir aos futuros utentes o acesso ao conhecimento e compreensão, inclusivamente adotando meios interativos de representação para facilitar o debate público e a compreensão partilhada das soluções propostas e do processo da tomada de decisão;

- Assegurar que os três níveis da democracia participativa são assegurados: a informação, a participação na elaboração das soluções a fim de se obter a adesão às políticas locais do urbanismo e globais do ordenamento do território; e

- Integrar as ações, a influência e as necessidades de apoio e participação junto dos responsáveis políticos nos diferentes níveis geográficos.

5. O Urbanista, enquanto gestor das cidades e territórios, compromete-se a:

- Adotar abordagens estratégicas que facilitem o processo de desenvolvimento em vez de trabalhar ao serviço das exigências administrativas e burocráticas;

- Alcançar a eficiência e a eficácia das propostas adotadas, tendo em consideração os aspetos económicos, ambientais, sociais e culturais da sustentabilidade;

- Considerar os princípios do ordenamento do território e as metas e objetivos do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), doutros documentos de política da UE e dos documentos estratégicos do Conselho da Europa, com o fim de se adotarem as estratégias e políticas europeias nas propostas locais e regionais;

- Coordenar os diferentes níveis territoriais e os diferentes setores envolvidos para assegurar a colaboração, o envolvimento/compromisso e o suporte/apoio de todas as autoridades administrativas e territoriais;
- Fomentar a colaboração/os partenariados entre o setor público e o setor privado a fim de reforçar os investimentos, de criar emprego, de assegurar a qualidade de vida e de alcançar a coesão social;
- Beneficiar positivamente dos Fundos Europeus e de outras fontes de financiamento encorajando a participação das autoridades locais e regionais nos programas e nos projetos de ordenamento do território cofinanciados pela UE; e
- Assegurar o acompanhamento e a avaliação contínua dos planos a fim de os ajustar aos imprevistos, aos novos problemas, e à atualização das projeções, propor as soluções e as ações, e assegurar um fluxo contínuo de retorno da informação entre as políticas de ordenamento do território e a sua execução.

ANEXOS

Contexto histórico

A Nova Carta de Atenas foi adotada pelo Conselho Europeu de Urbanistas ECTP-CEU, em maio de 1998. Na conferência internacional que se realizou em Atenas decidiu-se retê-la quatro anos. Ela só foi divulgada em julho de 2003 sob a denominação “ Nova Carta de Atenas de 2003 “. Uma atualização posterior foi aprovada em 2010, preparada por um grupo de trabalho específico do ECTP-CEU que levou a Istambul a inclusão de uma adenda à Carta de 2003. A presente Carta Europeia do Urbanismo é a reformulação num único texto da adenda de Istambul e da Carta de 2003, concluindo-se assim o procedimento de revisão.

É necessário distinguir as cartas da ECTP-CEU da Carta original de Atenas, que data de 1933, e que contém uma visão prescritiva de como as cidades se devem desenvolver, com zonas residenciais e de trabalho de elevada densidade, interligadas por sistemas de transporte público eficientes e densos. A Nova Carta de Atenas e a sua revisão põem a ênfase nos habitantes e utentes da cidade e nas suas necessidades num mundo em rápida mudança. Ela promove uma visão das cidades e territórios (regiões) ligados e integrados que pode ser alcançado pelo urbanismo e urbanistas em colaboração com outras profissões. Tal tem em conta os novos sistemas de governança e as novas formas de envolver os cidadãos no processo da tomada de decisão, recorrendo às vantagens das novas formas da comunicação e das tecnologias da informação. Ao mesmo tempo, é uma visão realista, que distingue os aspetos do desenvolvimento da cidade onde o urbanismo pode exercer uma influência real dos aspetos em que ele tem um papel mais limitado.

Termos chave

Para facilitar a compreensão, indicamos aqui o sentido em que certos termos-chave são utilizados no texto:

- a) **Cidade** (*polis, civitas*): estabelecimentos humanos com um certo grau de coerência e de coesão. Quer dizer, não só as cidades compactas convencionais são incluídas, mas também igualmente as cidades em rede, as redes de cidades e as cidades-região.
- b) **Espacial** (utilizado em combinação com extensão, perspectiva, planificação e desenvolvimento) : tem em consideração o espaço nas suas diferentes escalas, do local ao regional, nacional, continental, e mais além, e nele incluindo o solo, a população e as suas atividades.
- c) **Urbanista**: profissional envolvido na organização e gestão da utilização do espaço, especializado na interpretação dos conceitos teóricos da configuração do espaço e na elaboração de planos.
- d) **Conexão** (ou conectividade): organização das relações funcionais e operativas dos elementos – neste caso, principalmente entre as cidades, no sentido mais amplo da cidade.
- e) **Rede**: Entidade flexível composta por unidades conectadas, com algumas diretrizes comuns e capacidade em responder com coerência e de forma concertada.
- f) **Integração**: organização de um sistema de elementos assente em princípios comuns e desenvolvendo um forte sentido de unidade.

Agradecimentos

O ECTP-CEU agradece o trabalho do Grupo composto por Vincent Goodstadt (Presidente em 2013), Paulo VD Correia (Coordenador da Comissão de Revisão de 2003 e Presidente Honorário da CEU) e Luc-Emile Bouche-Florin (Presidente Honorário da ECTP).

O ECTP-CEU agradece igualmente o valioso contributo de Dominique Lancrenon (SFU), João Teixeira (AUP), Ignacio Pemán (AETU), Henk van der Kamp (IPI), Bruno Clerbaux (CUB), Julian Hills (Secretária ECTP), Judith Eversley (RTPI) e Lucy Natarajan (UCL).

Tradução da versão original da Carta para a versão em português, Vassalo Rosa (AUP) e revisão de Paulo Correia (AUP).

Referências

Try it This Way – Sustainable Development at the local level: ECTP-CEU

A ECTP-CEU publicou um guia prático dirigido aos urbanistas para os apoiar na introdução do desenvolvimento sustentável nas suas atividades urbanísticas quotidianas. O guia contém informação sobre o que se pode fazer e como o fazer. Existe um amplo consenso entre os urbanistas quanto à necessidade de um desenvolvimento sustentável, assim como um grande apoio aos seus objetivos, quando muitos urbanistas enfrentam diariamente estes problemas. Ainda que conscientes da necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável, eles sentem que há uma grande fratura entre a teoria e as suas aplicações práticas, dado que pode ser difícil aplicar novas normas em certas organizações que implicam uma grande variedade de disciplinas.

Fifteen Steps toward Territorial Cohesion: Spatial Planning Guidance: Jan Vogelij

Este livro transmite as informações, as mensagens essenciais e as recomendações para apoio dos urbanistas nas suas intervenções no quadro das estratégias territoriais. Ele decorre respetivamente das publicações do CEU "Try this Way", sobre o urbanismo para um desenvolvimento sustentável, e da Nova Carta de Atenas 2003, ambos focados no nível local.

Creating our futures

ECTP – CEU

European Council of Spatial Planners

Conseil Européen des Urbanistes

AUP

Associação dos Urbanistas Portugueses

Conselho Europeu dos Urbanistas

ECTP-CEU (The European Council of Spatial Planners -

- Le Conseil Européen des Urbanistes)